



INVESTIMENTOS E CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS EM COMPANHIAS BRASILEIRAS DO SEGMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

ENVIRONMENTAL INVESTMENTS AND CERTIFICATIONS IN BRAZILIAN ELECTRICITY'S COMPANIES

SILVA, Kelly 1
GIUSTINA, Kelly Arent Della 2
FERREIRA, Denize Demarche Minatti 3
FERREIRA, Luiz Felipe 4

RESUMO: Dentre as preocupações de uma organização estão a governança corporativa e os investimentos com o meio ambiente. Este estudo teve como objetivo principal verificar como as empresas do segmento de energia elétrica estão se preocupando com a questão ambiental. Para tanto foi realizada uma pesquisa segregando as companhias do segmento em questão, que estão listadas na BM&FBOVESPA e que possuem algum nível de governança corporativa, buscando as certificações de cada uma e os seus respectivos investimentos financeiros na área ambiental. Visto que para as empresas terem certificações ambientais, elas devem seguir alguns conjuntos de regras, visando serem socialmente responsáveis e mais sustentáveis. Como resultado se constatou que das sessenta e sete empresas listadas no segmento de energia elétrica, somente dezenove possuem algum nível de governança de acordo com a BM&FBOVESPA. Quanto às certificações, verificou-se que as empresas classificadas no Novo Mercado, são as que possuem o maior número e também em relação aos investimentos ambientais. Outra constatação é que as empresas ainda investem muito pouco em relação à sua receita anual, o que parece ser uma informação preocupante, já que as elas necessitam dos recursos naturais para a geração do seu produto final.

Palavras-chave: Investimentos. Certificações ambientais. Energia elétrica. Governança corporativa.

ABSTRACT: *Among the concerns of an organization are the corporate governance and investments with the environment. This research aimed to verify how the Energy Service Companies are worrying about the environmental issues. To achieve the goal, a survey was conducted, segregating the companies that are included in the electric power sector, which are listed on the BM&FBOVESPA and have some level of corporate governance, searching the certifications of each, and its financial on the environmental investments. In order that companies have their environmental certifications, they must follow certain sets of rules, aiming to be socially responsible and more sustainable.*

1 Graduação em Ciências Contábeis (em andamento) pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, MBA em Contabilidade e Direito Tributário (IPOG). E-mail: kellysilvaa@outlook.com

2 Graduação em Ciências Contábeis (em andamento) pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, MBA em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria (FGV). E-mail: kelly_arent@hotmail.com

3 Pós-doutorado em Contabilidade, Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental, Graduada em Ciências Biológicas e Bacharel em Ciências Contábeis. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: dminatti@terra.com.br

4 Graduação em Ciências Contábeis, mestrado em Administração e doutorado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), professor adjunto III do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: luiz.felipe@ufsc.br



As a result it was found that among the sixty-seven Energy Service Companies; only nineteen have some level of governance according to the BM&FBOVESPA. In relation to the certifications, we verify that the companies classified on the New Market, are those with the highest number and also as far as environmental investment, the companies still invest a little in terms of annual revenue, proving to be a worrying information, since that they require the natural resources to their final product.

Keywords: *Investments. Environmental certifications. Energy. Corporate governance.*

1 INTRODUÇÃO

Entre tantos fatores que fazem uma empresa se destacar no mercado, têm-se a governança corporativa e suas políticas socioambientais, que buscam demonstrar gestão, valores e princípios frente a sociedade e seus investidores.

A governança corporativa, segundo o IBGC (2014): é um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. Dessa maneira reduzem-se os conflitos de interesse dos stakeholders envolvidos no processo.

Com a intenção de atrair novos investidores, regular o mercado, assumir compromisso ético com os consumidores e atrair novos incentivos, as empresas buscam estabelecer políticas, programas e procedimentos voltados às suas atividades atendendo aos princípios de responsabilidade social corporativa e aos conceitos de sustentabilidade.

Nesse sentido, para uma melhor avaliação das companhias de capital aberto frente aos princípios e de responsabilidade social corporativa e buscando valorizar a relação com os investidores, a BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA) estabeleceu a partir do ano de 2002, critérios de evidenciação das informações contábeis e demais práticas de gestão em três níveis de enquadramento, sendo eles Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, cada modelo com seus critérios.

Como um dos segmentos mais exigidos quanto à sua relação com a área ambiental é o da energia elétrica, em que no Brasil é regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e apesar de as fontes de energias limpas, é considerado um setor altamente poluente.

Tendo essas preocupações, este estudo tem como objetivo geral verificar como as empresas do segmento de energia elétrica que possuem níveis de governança estão se reportando com a questão socioambiental. Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos: analisar os níveis de governança das empresas do segmento; observar as certificações e identificar por meio de indicadores os investimentos ambientais.

Por fim, pretende-se responder à seguinte pergunta: Qual o nível de governança das empresas do segmento de energia elétrica no Brasil? Para o nível de governança serão identificados dois parâmetros de pesquisa. O primeiro, os níveis de governança da BM&FBOVESPA, com o objetivo de fazer um enquadramento das empresas que adotam a governança corporativa, entre os níveis Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1; e o segundo, a governança ambiental considerando o compromisso socioambiental por meio de certificações pelas normas ISO e investimentos financeiros na área ambiental.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Governança Corporativa

A governança corporativa é praticada por empresas que visam resolver problemas advindos da estrutura empresarial, fazendo que as ações e decisões dos gestores sejam tomadas de acordo com o interesse dos proprietários e acionistas (FONTES; FERREIRA; OLIVEIRA,



2008).

No Brasil foi publicado o primeiro código sobre tema, em 1999, pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC que tinha como principal função diminuir o conflito de agência entre os gestores e investidores.

Nesse contexto, a governança corporativa surgiu com intensidade, no século XX. Isso pode ser explicado pela globalização econômica vivida neste século, pelo processo de reforma do Estado e pelo crescimento da influência das não estatais na política internacional (ANDRADE, 2009).

Dalmácio et al., (2013) mostram em seus estudos que práticas diferenciadas de governança corporativa comunicam ao mercado bons sinais, podendo alterar a distribuição de investidores e/ou analistas de acordo com a teoria da sinalização. Acrescentam que este mecanismo tem custos, mas acredita-se que os benefícios gerados sejam superiores com a atração de novos acionistas.

Bernardes e Guariente (2008, p.69) destacam que:

[...] a GC envolve a criação de mecanismos internos e externos que asseguram que as decisões corporativas sejam tomadas no melhor interesse dos investidores, maximizando a probabilidade de os aplicadores de recursos obterem retorno do investimento.

Desse modo, vale ressaltar que o interesse dos investidores em aplicar capital em empresas que mostram preocupação com a gestão da organização está crescendo. Isso pode ser explicado pela maior segurança no sistema estratégico da organização, nos controles adotados, bem como na transparência das informações apresentadas.

Segundo Malacrida e Yamamoto (2006), a governança corporativa emprega os mesmos conceitos da contabilidade, sendo eles: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Esses fatores quando adotados pelas empresas mostram aos seus investidores que almejam a responsabilidade de gestão e ética, contribuindo para sua competitividade no mercado.

Zagatti e Ribeiro (2005) acrescentam que as adoções das práticas de governança corporativa podem influenciar a empresa a ser mais eficiente, ajuda a aperfeiçoar a qualidade das informações que forem divulgadas, bem como a estimular o mercado de capitais nacional.

Assim, quando se fala em governança corporativa pensa-se em empresas de grande porte ou que tenham suas ações negociadas na bolsa de valores. Porém, essas práticas também podem ser adotadas por empresas de menor porte, trazendo maior confiabilidade ao negócio.

2.2 Governança Ambiental e Certificações

A governança ambiental envolve a decisão das companhias sobre o meio ambiente a fim de proteger a natureza dos desmatamentos, poluições, entre outros. As empresas devem adotar políticas de sustentabilidade socioambiental.

A Comissão sobre Governança Global das Nações Unidas (COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE, 1995), define governança como “a soma das várias maneiras de indivíduos e instituições, público e privado, administrarem seus assuntos comuns” o que significa que governança não é sinônimo de governo. E que uma boa governança ambiental é capaz de aumentar a eficiência, confiabilidade e legitimidade da organização.

Câmara (p.125, 2004) destaca que a governança ambiental pode ser caracterizada como um “arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico”. Corroborando com a ideia de que as empresas ao decorrer dos anos irão estabelecer regras socioambientais a serem seguidas na sua governança, com intuito de atrair novos investidores, mostrando-se socialmente responsável.



Jacobi e Sinisgalli (2012, p.15) acrescentam:

[...] que a governança ambiental está relacionada com a implementação socialmente aceitável de políticas públicas, um termo mais inclusivo que governo, por abranger a relação Sociedade, Estado, mercados, direito, instituições, políticas e ações governamentais, associados à qualidade de vida, bem-estar, notadamente os aspectos relacionados com a saúde ambiental.

Castro, Hogenboom e Baud (2011) ressaltam que a governança ambiental pode ser entendida como um processo dinâmico que se constitui em quatro fases: formação do conhecimento e discurso; formulação; implementação; e monitoramento/avaliação. Completam que esses mecanismos se alteram de acordo com o contexto histórico, social e ambiental.

Outro conceito sobre governança ambiental seria que esta é o “arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico” (CAVALCANTI, 2004). Por conseguinte, nasce a necessidade de ligar a política ambiental com as políticas públicas, desse modo a governança ambiental pode ser definida como um conjunto de acordos, convênios e normas internacionais que tem o objetivo de articular uma proposta de política ambiental global (MOTA et al., 2008).

Dentre esses aspectos, têm-se as certificações ambientais que são concedidas as empresas que praticam políticas ambientais, ou seja, que em seu processo de trabalho não agridam a natureza. Ela surgiu com o objetivo de diferenciar as empresas que possuem sustentabilidade ambiental das que não têm. Cada certificação ambiental possui seus próprios conjuntos de regras e critérios, para que possam ser avaliadas as empresas que se mostrem socialmente responsáveis.

Vale ressaltar também as certificações com ênfase no ambiente de trabalho que têm por intuito garantir a segurança dos servidores. Neste estudo foram analisadas as certificações ISO 14001, 9001 e 26000, bem como a OSHAS 18001 e SA 8000, que serão detalhadas no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Certificações ambientais e trabalhistas

ISO 14001	Auxilia as empresas no processo de gerenciamento dos seus riscos ambientais, como por exemplo, a prevenção da poluição. Os três países que têm o maior número de certificação ISO 14001 são: China, Itália e o Japão.
ISO 9001	Atua no processo de melhoramento da gestão da empresa, contribuindo para um melhor atendimento dos clientes. Os três países que têm o maior número de certificação ISO 9001 são: China, Itália e Alemanha.
ISO 26000	Certificado que tem por objetivo traçar metas para ajudar as empresas de todos os portes na implementação e desenvolvimento de políticas sustentáveis. O país que tem o maior número de certificação ISO 26000 é o Japão.
SA 8000	Incentiva as empresas a praticarem e aplicarem normas socialmente aceitáveis no ambiente de trabalho aborda questões como: escravo infantil, saúde, segurança no trabalho, discriminação e entre outros.
Oshas 18001	Tem como objetivo garantir um ambiente de trabalho seguro aos funcionários, ou seja, reduz os acidentes de trabalho.

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Como ressaltado no quadro 1 acima as certificações visam garantir para a sociedade o bem-estar no ambiente de trabalho, bem como assegurar a integridade do meio ambiente.

2.3 Segmento de Energia Elétrica

A governança corporativa e ambiental é uma prática que deve ser adotada por todos os setores da economia, neste estudo se tem a análise do segmento de energia elétrica que é essencial para o bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento da sociedade e, pode ser gerada por usinas hidrelétricas, eólicas, termoelétricas, solares, nucleares entre outras.

O segmento de energia elétrica é regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que foi criada em 1996, no governo do presidente Fernando Henrique



Cardoso (Lei nº9427, 1996). A ANEEL exige que as empresas geradoras de energia elétrica elaborem o Balanço Social, utilizando o modelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) como padrão, que visa agir de forma mais democrática e sustentável.

Morisue, Ribeiro e Penteadó (2012) acrescentam que quando as empresas divulgam o Balanço Social, isso contribui para que a responsabilidade social da empresa aumente. Apesar de as energias limpas, ainda há forte degradação ambiental por parte da geração e distribuição de energia, fazendo que esse setor seja fortemente regulamentado.

De acordo com Schmidt et al. (2007):

Dentre os desafios atuais para as empresas, estatais e privadas, que atuam no planejamento, na implantação e na operação de empreendimentos elétricos, está a adaptação dos seus planejamentos à conjuntura política e econômica, da qual se destaca a preocupação com o meio ambiente.

Entre os impactos sociais e ambientais gerados pela produção de energia elétrica tem-se a emissão de gases, represamento de rios, rejeitos radioativos, poluição do ar, entre outros.

Corroborando com isso, as empresas de energia elétrica que usufruem dos recursos naturais para desenvolver suas atividades devem prestar contas de seus impactos ao meio ambiente. Assim, pretende-se ao decorrer da pesquisa evidenciar será mostrado se as empresas estão se preocupando e reestruturando o que foi por ela foi destruído a partir da destinação de parte de seu faturamento.

2.4 Estudos Anteriores

No decorrer da pesquisa foram encontrados estudos que trataram do tema governança, sustentabilidade ambiental, investimentos ambientais e certificações ambientais, conforme se pode analisar no Quadro 2.

Quadro 2 – Estudos Anteriores

Autor (es)	Ano	Objetivo da pesquisa	Resultados da pesquisa
Suliani Rover, José Alonso Borba, Altair Borget	2008	Identificar os custos e investimentos ambientais e como estão sendo evidenciados nas 34 empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) de 2006/2007.	A maior parte das informações sobre custos ambientais foram apresentadas nos relatórios anuais e a maiorias dos investimentos em ambiente foram evidenciadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs).
Cassio Luiz Vellani, Silvio Hiroshi Nakao	2009	Analisar os benefícios econômicos e financeiros nas atividades de preservação, controle, reciclagem e recuperação do meio ambiente.	Confirma-se com os resultados da pesquisa que o investimento em desenvolvimento sustentável diminui custos para a empresa.
Márcia Reis Machado, Márcio André Veras Machado, Ariovaldo dos Santos	2010	Averigua se o volume de investimentos sociais e ambientais efetuados pelas empresas difere de setor para setor.	Observou-se não haver grande diferença na destinação da receita líquida das empresas para investimentos ambientais.
Naja Brandão Santana, Ana Elisa Périco, Daisy Aparecida do Nascimento Rebelatto	2006	Discutir a importância dos investimentos em responsabilidade ambiental para o desempenho das empresas do setor elétrico.	Concluiu-se que há uma forte correlação entre investimentos ambientais e o faturamento da empresa.
Pedro Roberto Jacobi, Paulo Antonio de Almeida Sinisgalli	2012	Discutir a realidade ambiental global e <i>modus operandi</i> existente quanto á temática ampla e genérica do desenvolvimento e do ambiente.	Constatou-se que os avanços na governança ambiental precisam ser mais incorporados nos processos que envolvam tomadas de decisões, com o intuito de ter um maior consenso possível quanto a forma de enfrentar os problemas ambientais.
Julia Vaz Lorenzetti, Rosinha Machado Carrion	2012	Analisar os desafios de um sistema de governança ambiental global, com ênfase nas questões de participações e da fragmentação da estrutura organizacional.	Requer estudos mais aprofundados sobre os reais interesses ao uso do termo governança diante das questões ambientais.

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Com base na análise deste quadro, pode-se concluir que vários autores têm direcionado seus estudos ao tema governança ambiental. E esses estudos auxiliam a tornar público a importância de as empresas adotarem a governança ambiental.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos apresentados, este trabalho é considerado uma pesquisa descritiva e exploratória. Segundo Gil (2002; p. 42):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Já uma pesquisa exploratória, como o próprio nome diz, tem a intenção de explorar de forma mais aprofundada o tema desejado, a fim de aprimorar ideias e construir hipóteses.

No que tange aos procedimentos técnicos, este trabalho é considerado um estudo de caso e é classificado ainda como uma pesquisa documental. O estudo de caso é utilizado, de acordo com Voss (2010), “quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Já a pesquisa documental é aquela que se utiliza de documentos como meio para adquirir as informações.

A abordagem do problema foi realizada de forma quali-quantitativa. Para Souza, Fialho e Otani (2007 apud BENTO; PAIVA; CASAGRANDE, 2010), a pesquisa quantitativa “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto no processo de coleta de dados quanto na utilização de técnicas estatísticas para o tratamento dos mesmos”. E de acordo com Neves (1996), nas pesquisas qualitativas o pesquisador tenta entender os fenômenos do objeto de estudo e por meio disso possa fazer sua própria interpretação dos acontecimentos, sem enumerar ou medir os eventos.

A trajetória metodológica se constitui dos seguintes passos: primeiramente foi identificado o objeto de estudo e as metas a serem atingidas; depois foram realizadas pesquisas acerca dos assuntos, para embasamento teórico. A partir disso realizou-se a busca das empresas do segmento de energia Elétrica listadas na BM&FBOVESPA, para então, por meio dos sites eletrônicos, serem pesquisadas as certificações e investimentos de cada uma delas.

3.1 Procedimentos para a análise e coleta dos dados

Inicialmente as empresas listadas no segmento de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA foram classificadas em níveis de governança. Os níveis de governança foram criados, em 2002 pela BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA), com o objetivo de fazer um enquadramento das empresas que adotam a governança corporativa.

Assim, os níveis de governança foram divididos em: Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1.

3.1.1 Novo mercado

Para uma empresa estar enquadrada no Novo Mercado, ela precisa se comprometer a praticar a governança corporativa nas ações negociadas pela empresa, sendo esta um adicional às exigências estabelecidas pela legislação brasileira. Bem como, precisam assinar um contrato se comprometendo a realizar essas regras (ALMEIDA; SCALZER; COSTA, 2008).

As regras deste mercado relacionado à estrutura de governança e direito dos acionistas, segundo a BM&FBOVESPA (2014) são:



- O capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;
- No caso de venda do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (tag along de 100%);
- Em caso de deslistagem ou cancelamento do contrato com a BM&FBOVESPA, a empresa deverá fazer oferta pública para recomprar as ações de todos os acionistas no mínimo pelo valor econômico;
- O Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo cinco membros, sendo 20% dos conselheiros independentes e o mandato máximo de dois anos;
- A companhia também se compromete a manter no mínimo 25% das ações em circulação (free float);
- Divulgação de dados financeiros mais completos, incluindo relatórios trimestrais com demonstração de fluxo de caixa e relatórios consolidados revisados por um auditor independente;
- A empresa deverá disponibilizar relatórios financeiros anuais em um padrão internacionalmente aceito;
- Necessidade de divulgar mensalmente as negociações com valores mobiliários da companhia pelos diretores, executivos e acionistas controladore

3.1.2 Nível 2

As empresas enquadradas no Nível 2 devem seguir basicamente as mesmas regras do Novo Mercado; a diferença é que no Nível 2 as empresas têm o direito de manter as ações preferenciais (BM&FBOVESPA, 2014).

Segundo as pesquisas de Almeida, Scalzer e Costa (2008), as obrigações para as companhias participarem deste nível são:

- Divulgar as demonstrações financeiras de acordo com o IFRS ou US GAAP;
- Devem ter cinco membros no Conselho de Administração com o mandato de até dois anos, permitida a reeleição;
- Em algumas circunstâncias as ações preferenciais devem ter direito ao voto, por exemplo: em casos de fusão, incorporação e cisão;
- Os detentores de ações ordinárias devem ter as mesmas condições obtidas pelos controladores, quando na venda do controle da companhia;
- Em caso de fechamento deve ser realizada uma oferta pública de todas as ações em circulação pelo valor econômico.

3.1.3 Nível 1

As empresas que se enquadrarem no Nível 1 devem adotar mecanismos que favoreçam a transparência e o acesso às informações aos investidores; para alcançar esse objetivo devem divulgar informações adicionais às exigidas por lei, por exemplo, um calendário anual de eventos corporativos (BM&FBOVESPA, 2014).

De acordo com os autores Almeida, Scalzer e Costa (2008), as obrigações para as companhias participarem deste nível são:

- Melhorar as informações prestadas, por exemplo, adicionar informações as Informações Trimestrais (ITRs);
- Melhorar as informações referentes às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs);
- Melhorar as informações anuais (IANs);
- Realizar reuniões com analistas e investidores, pelo menos uma vez ao ano;
- Divulgar os contratos entre a companhia e partes relacionadas.



4 RESULTADOS

4.1 Níveis de governança corporativa

Nesta etapa foram elencadas as sessenta e sete organizações do segmento de energia elétrica que possuem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA e partindo deste grupo, segregaram-se essas empresas de acordo com a classificação dos níveis de governança estabelecida pela BM&FBOVESPA. Nos Quadros 3-5 abaixo são mostradas as empresas que compõem o Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1.

Quadro 3 – Empresas do Novo Mercado

Razão Social	Segmento
CPFL ENERGIA S.A.	NM
CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	NM
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	NM
ENEVA S.A.	NM
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	NM
LIGHT S.A.	NM
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	NM

Fonte: Autores (2015)

Pode-se inferir que das sessenta e sete empresas do segmento em estudo somente sete estão classificadas como Novo Mercado, por meio das exigências solicitadas para a inclusão neste tão seletivo grupo, essas companhias se encontram no mais avançado nível de governança corporativa, indo além das exigências da legislação.

Quadro 4 – Empresas do Nível 2

Razão Social	Segmento
ALUPAR INVESTIMENTO S/A	N2
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	N2
ELETROPAULO METROP. ELET. SÃO PAULO S.A.	N2
RENOVA ENERGIA S.A.	N2
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	N2

Fonte: Autores (2015)

Em relação ao Nível 2 de governança corporativa cinco empreendimentos foram qualificados, ressalta-se que este nível está abaixo do Novo Mercado, devendo seguir as mesmas exigências, com exceção de que essas empresas têm o direito de manter as ações preferenciais, aquelas ações que não possuem direito a voto.

No Nível 1 (Quadro 5), as empresas nele incluídas devem adotar práticas que colaborem com uma maior transparência e ao acesso à informação. Dos três níveis, este é o mais baixo e estão classificadas sete empresas do segmento elétrico.

Quadro 5 – Empresas do Nível 1

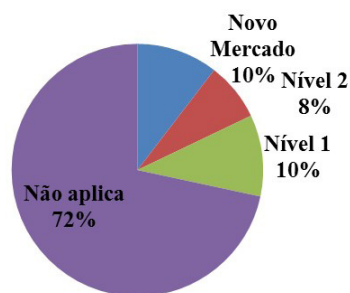
Razão Social	Segmento
CENTRAIS ELET BRAS S.A. ELETROBRAS	N1
CESP - CIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	N1
CIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG	N1
CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	N1
CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT	N1
CIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL	N1
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	N1

Fonte: Autores (2015)

No total de sessenta e sete empresas listadas do segmento de energia elétrica, verifica-se que somente dezenove possuem governança corporativa de acordo com as práticas adotadas pela BM&FBOVESPA. O Gráfico 1 apresentada uma síntese dessa constatação.



Gráfico 1 – Níveis de Governança



Fonte: Autores (2015)

Analisando o Gráfico 1, percebe-se que as empresas, na sua maioria, não estão se preocupando com governança corporativa. Portanto, comprova-se que no segmento de energia elétrica, a questão da governança ainda é um problema para o mercado acionário, visto a falta de interesse em abrir suas informações.

4.1 Certificações ambientais

As certificações visam demonstrar para as partes relacionadas ao compromisso da empresa com a gestão, a qualidade, o meio ambiente, a segurança e saúde do trabalhador. Atende ainda a requisitos preestabelecidos em cada área, bem como processo de melhoria contínua.

Assim, no Quadro 6 estão identificadas as empresas que foram selecionadas no tópico anterior, ou seja, aquelas que possuem compromisso socioambiental por meio de certificações.

Quadro 6 – Certificações Ambientais

RAZÃO SOCIAL	SEGMENTO	ISO 26000	ISO 9001	ISO 14001	SA 8000	OSHAS 18001
CPFL ENERGIA S.A.	NM	✓	✓	✓	✓	✓
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	NM	✓	✓	✓		✓
EDP - ENERGIAS DO BRASIL	NM		✓	✓		
ENEVA S.A.	NM					
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	NM					
LIGHT S.A.	NM		✓	✓		✓
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	NM		✓	✓		✓
CENTRAIS ELET BRAS S.A. ELETROBRAS	N1		✓			
CESP - CIA ENERGETICA DE SÃO PAULO	N1		✓			
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	N1		✓	✓		
CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET. CEEE-D	N1		✓			
CIA ESTADUAL GER. TRANS. ENER. ELET. CEEE-GT	N1		✓			
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	N1		✓			
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	N1					
ALUPAR INVESTIMENTO S/A	N2					
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	N2		✓			
ELETROPAULO METROP. ELET. SÃO PAULO S.A.	N2			✓		✓
RENOVA ENERGIA S.A.	N2					
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	N2		✓			

Fonte: Autores (2015)

Pode-se verificar, que das dezenove empresas da amostra acima, as enquadradas no Novo Mercado cinco merecem destaque em relação às demais no quesito de certificações, considerando que quatro possuem a norma ISO 14001 e OSHAS 18001 e uma além das referidas normas possui a certificação SA 8000. No entanto, poucas empresas do setor de energia elétrica estão sendo certificadas, isso mostra que esse setor ainda está descomprometido com o meio ambiente.

4.2 Investimentos ambientais

Para uma comparação quanto aos investimentos, fez-se a relação do total investido em meio ambiente, de acordo com os Balanços Sociais e a Receita de vendas divulgada no sítio eletrônico da BM&FBOVESPA no item das Demonstrações Financeiras. Vale ressaltar que as empresas enquadradas nesta pesquisa que não tiveram investimentos ambientais foram excluídas do Quadro 7.

Quadro 7 – Percentagem de Investimentos Ambientais em Relação à Receita entre os anos de 2010 e 2013

Razão Social	2013			2012			2011			2010		
	Inv. Amb.	Receita	%	Inv. Amb.	Receita	%	Inv. Amb.	Receita	% de relação	Inv. Amb.	Receita	%
CPFL	-	4.633.856	-	109.229	14.890.875	0,73%	105.134	12.764.028	0,82%	-	12.023.729	0,00%
EDP	59.865	7.096.492	0,84%	44.743	6.454.488	0,69%	29.405	5.705.402	0,52%	29.402	5.034.316	0,58%
EQUATORIAL	19.809	4.715.036	0,42%	37.305	2.884.496	1,29%	16.540	1.942.073	0,85%	32.208	1.798.884	1,79%
LIGHT S.A.	38.872	7.422.256	0,52%	37.822	7.182.360	0,53%	41.927	6.944.785	0,60%	28.678	6.508.584	0,44%
TRACTEBEL	46.274	5.568.658	0,83%	56.312	4.912.499	1,15%	77.378	4.326.951	1,79%	39.957	4.100.381	0,97%
ELETROBRAS	-	28.186.399	-	-	33.648.066	0,00%	319.902	33.927.233	0,94%	-	29.814.652	0,00%
CESP	31.933	3.904.102	0,82%	25.917	3.354.005	0,77%	39.453	2.957.525	1,33%	52.281	2.905.327	1,80%
CEMIG	181.800	14.627.280	1,24%	151.900	14.137.358	1,07%	107.500	15.814.227	0,68%	80.700	13.846.934	0,58%
CEEE-D	-	2.263.719	-	-	2.188.950	0,00%	-	2.028.501	0,00%	9.506	1.821.539	0,52%
CEEE-GT	-	735.508	-	-	952.863	0,00%	-	762.484	0,00%	4.320	738.519	0,58%
COPEL	-	9.180.214	-	273.890	8.493.252	3,22%	198.530	7.776.165	2,55%	134.732	6.901.113	1,95%
CTEEP	4.300	981.168	0,44%	3.800	2.014.998	0,19%	1.710	2.900.805	0,06%	2.468	2.256.286	0,11%
CELESC	-	4.872.377	-	150.815	4.545.214	3,32%	94.341	4.191.414	2,25%	101.406	4.036.765	2,51%
RENOVA	-	226.011	0,00%	19.663	115.639	17,00%	4.677	36.553	12,80%	1.115	36.830	3,03%
TAESA	745.543	1.447.851	51,49%	830.417	1.126.865	74,00%	636.932	953.218	66,82%	7.801	798.594	0,98%

Fonte: Autores (2015)

Analisando o Quadro 7 pode-se aferir que os investimentos na área ambiental possuem pouca evidência, considerando que os demonstrativos contábeis têm como função o reconhecimento econômico, que por vezes considerando os aspectos tributários são contabilizados como custos ou despesas, buscando a redução das bases tributárias. Ressalta-se que os valores apresentados têm como base a publicação do Balanço Social nos seus sítios eletrônicos onde na ausência deste atribuiu-se o percentual de 0%.

A empresa que mais investiu em questões ambientais de acordo com sua receita foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A em 2012 e 2011, seguida pela empresa Renovar Energia S.A. Em 2010, a empresa que teve maior percentual foi a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Em contrapartida as empresas que menos investiram em questões ambientais foram a Eletrobrás, CEEE-D e CEEE-GT nos anos de 2010 a 2013. Comprovando a tendência de falta comprometimento das empresas em questões relacionadas ao meio ambiente.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como principal objetivo verificar como as empresas do segmento de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA que possuem governança corporativa estão se preocupando com o meio ambiente. Para tanto, observou-se os níveis de governança estabelecidos pela BM&FBOVESPA, as certificações ambientais e os investimentos realizados por essas



empresas.

Para atender ao principal objetivo, dividiu-se as empresas do segmento de energia elétrica de acordo com as suas classificações de governança estabelecidas pela Bovespa. Com a amostra, pesquisou-se, em meios eletrônicos, as certificações recebidas pelas empresas e com isso, analisou-se os investimentos financeiros realizados pelas organizações selecionadas em prol do meio ambiente, com base nos dados financeiros divulgados nos sítios eletrônicos e nos relatórios divulgados na BM&FBOVESPA.

Após análises, tem-se que das sessenta e sete empresas do segmento escolhido, apenas dezenove possuem algum nível de governança corporativa. Esta informação mostra o que pode ser considerado um problema para aqueles que investem seus capitais nessas companhias, já que a governança tenta evitar os conflitos de interesse.

Quanto às certificações, observou-se que as empresas classificadas no Novo Mercado, são as que têm o maior número de certificados, podendo ser explicado pela maior regulamentação estabelecida para essas organizações. E, por último, quanto aos investimentos ambientais, se percebeu que o segmento de energia elétrica ainda depende pouco em relação ao seu faturamento para o meio ambiente.

Conclui-se que os resultados obtidos demonstram tanto em questões de governança quanto de meio ambiente, que as empresas de energia elétrica listadas na Bovespa ainda têm necessidade de maiores preocupações com a governança corporativa, preservando os interesses dos acionistas, e também maiores investimentos na área ambiental, já que necessitam dos bens naturais para a exploração do seu produto final.

Para futuros trabalhos, sugere-se analisar as políticas ambientais do segmento de energia elétrica, bem como a mesma análise em outros segmentos de empresas da BM&FBOVESPA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Goes de; SCALZER, Rodrigo Simonassi; COSTA, Fábio Moraes de. Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: Estudo empírico em companhias abertas listadas na BOVESPA. **Revista de contabilidade e organizações**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 118 – 131, jan./abr. 2008.

ANDRADE, José Célio Silveira. Participação do setor privado na governança ambiental global: evolução, contribuições e obstáculos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 215-250, maio/agosto 2009.

BERNARDES, Patrícia; GUARIENTE, Luiz Antônio. Atributos e papéis dos comitês de auditoria na implementação das boas práticas de governança corporativa em instituições financeiras brasileiras. **Revista de Administração Faces Journal**, Belo Horizonte, v.7, n.3, p.64-79, jul./set. 2008.

BOVESPA. **Nível 1**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/nivel-1.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 21 maio 2014.

BOVESPA. **Nível 2**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/nivel-2.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 21 maio 2014.



BOVESPA. **Novo Mercado**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 21 maio 2014.

CAVALCANTI, C. 2004. **Economia e Ecologia**: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, vol. 1, p. 1-10.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: Ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 179-183, jun. 2013.

CASTRO, Fabio de; HOGENBOOM, Barbara; BAUD, Michiel. Governança ambiental na América latina: Para uma agenda de pesquisa mais integrada. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIV, n.2, p. 1-13, jul./dez. 2011.

COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. **Our Global Neighborhood**. The Basic Vision. The Commission on Global Governance, Geneva, 1995.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli et al. Uma análise da relação entre governança corporativa e acurácia das previsões dos analistas do mercado brasileiro. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 5, n. 14, p.104-139, out. 2013.

FATORELLI, L. ; MERTENS, F. **Integração de políticas e governança ambiental**: O caso do licenciamento rural no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XIII, n. 2, p. 401-415, jul.-dez. 2010.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; OLIVEIRA, Mauro José de. Governança e participação no contexto das cooperativas de crédito. **Revista de Administração Faces Journal**, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p.48-63, jul./set.2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGC. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>>. Acesso em: 1º jun. 2014.

ISO 9001. Disponível em: <<http://www.bsigroup.com/pt-BR/ISO-9001-Gestao-da-Qualidade/>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

ISO 14001. Disponível em: <<http://www.lrq.com.br/Certificacao/ISO-14001-meio-ambiente/index.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

ISO 26000. Disponível em: <<http://www.iso26000qsp.org/search/label/A%20norma%20ISO%2026000>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

ISO 26000. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/iso26000/o-que-e-iso26000>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antônio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, junho/2012.



MACHADO, Márcia Reis; MACHADO, Márcio André Veras; SANTOS, Ariovaldo dos. A relação entre setor econômico e investimentos sociais ambientais. **Contabilidade, Gestão e Governança** – Brasília, v.13, n.3, p.102 – 115, set/dez 2010.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança corporativa: Nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do IBOVES-PA. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, p. 65-79, out./mar.2006.

MORISUE, Heloisa Maria Motta; RIBEIRO, Maisa de Souza; PENTEADO, Isabela Alves de Moraes. A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p.163-194, mar. 2012

MOTA, Jose Aroudo et al. TRAJETÓRIA DA GOVERNANÇA AMBIENTAL. Ipea 2008.
NEVES, J.L. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **In: Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, V.1, n ° 3, 2º sem./1996.

OSHAS 18001. Disponível em <http://www.bsigroup.com/pt-BR/OHSAS-18001-Saude-e-Seguranca-Ocupacionais/>. Acesso em: 7 mar. 2015.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altair. Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais?. **Custos e @gronegocio on line**.Pernambuco. v. 4, n. 1 - Jan/Abr - 2008

SA 8000. Disponível em <<http://www.sgsgroup.com.br/pt-BR/Sustainability/Social-Sustainability/Audit-Certification-and-Verification/SA-8000-Certification-Social-Accountability.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

SANTANA, Brandão Naja; PÉRICO, Elisa Ana; REVELATTO, Aparecida do Nascimento Daisy. Investimentos em responsabilidade sócio-ambiental de empresas distribuidoras de energia elétrica: uma análise por envoltória de dados. **UTFPR – Paraná**, v. 2, n. 4, p.124-139, 2006.

SCHMIDT, Alacir Borges, et al. Legislação Ambiental de Interesse do Setor Elétrico Nível Federal. **Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico**. Rio de Janeiro. 3 ed. rev. e atual, 2005.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC Métodos e Técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

SUA PESQUISA. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/iso_14000.htm>. Acesso em: 26 maio 2014.

The ISO Survey of Management System Standard Certifications – 2013. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/iso_survey_executive-summary.pdf?v2013>. Acesso em: 7 mar. 2015.

VELLANI, Cassio Luiz; NAKAO, NAKAO, Sílvio Hiroshi. Investimentos Ambientais e Redução de Custos. **Revista de administração da UNIMEP** – Maio/Agosto, v. 7, n. 2, p. 75.



VOSS, B. de L. et al. Auditoria ambiental: o custo da coleta de recicláveis e da coleta convencional de resíduos sólidos urbanos na cidade de Florianópolis. In: XVII Congresso Brasileiro de Custos. **Anais...** Belo Horizonte: ABC, 2010.

ZAGATTI, Willian dos Santos; RIBEIRO, Máisa de Souza. Governança Corporativa e conselho de administração dos bancos. **Revista de Administração Faces Journal**, Belo Horizonte, v. 4, n.1, p. 25-32, jan./jun.2005.